



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE MAIO DE 2001

Bom, eu queria comunicar que nós instalamos a Câmara de Gestão da Crise de Energia e tomamos as decisões iniciais, para fazer frente ao desafio, que é um desafio do governo, mas é também um desafio do País, de todos os brasileiros e brasileiras, que é o desafio de superarmos a questão da crise de energia.

Com esse objetivo, esta Câmara está se reunindo e vai reunir-se de maneira muito continuada. O Ministro Pedro Parente foi designado para ser o responsável geral, o Presidente da Câmara. E nós designamos, também, três coordenadores. Um coordenador para um programa emergencial de redução de consumo, que será o Doutor Euclides Scalco, que é o Presidente brasileiro da Itaipu Binacional. O nosso Ministro de Minas e Energia, José Jorge, é o responsável pelo programa estratégico emergencial de energia elétrica. E os Secretários de Economia, de Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão vão ser responsáveis por avaliar as consequências de todo esse processo sobre a nossa economia e propor medidas para minimizá-las.

Nós temos consciência das dificuldades que terão de ser enfrentadas. Por isso mesmo, nós, nesta Câmara, e através de uma medida provisória que hoje estou assinando, determinamos que haja uma coordenação muito efetiva entre os vários órgãos de Governo e, desses, com a iniciativa privada.

Para dar o exemplo, nós decidimos – isso já está em funcionamento – metas de economia de energia do setor público. Cada uma das unidades do setor público, ainda no mês de maio – nós estamos na metade desse mês – terá que reduzir em, pelo menos, 15% o seu gasto de energia, em comparação, sempre, com o mesmo mês no ano anterior, portanto, com maio do ano de 2000. No mês seguinte, essa economia será de 25% e, finalmente, 35%.

Para que seja possível alcançar esse objetivo, nós vamos encerrar as atividades às 17 horas, no setor público, e antecipar a chegada, de tal maneira que as pessoas estejam, efetivamente, presentes na primeira hora da manhã, nos seus gabinetes de trabalho. Serão isentos dessa regra apenas os gabinetes dos Ministros e dos Secretários de cada Ministério. E isso vai dar uma demonstração muito clara de que o Governo vai, realmente, tomar a sério a questão da economia de energia.

Queremos, também, dizer que haverá um grupo executivo nesta Câmara, que é o grupo executivo que, depois, o Ministro Parente e o Ministro José Jorge, ambos poderão especificar melhor, para que essa Câmara funcione permanentemente. E as determinações da Câmara terão um caráter prioritário.

Nós achamos que é, neste momento, muito importante que tudo o que se decida, em matéria de energia, tenha caráter prioritário. E, quando eu digo “tudo o que se decida em matéria de energia”, não estou me referindo apenas à racionalização no gasto da energia. Estou me referindo, especialmente, às medidas necessárias para aumentar a oferta de energia, sob a coordenação do Ministro José Jorge.

É preciso que haja maior rapidez na avaliação de projetos. Isso vai implicar medidas especiais no Ministério do Meio Ambiente, que está diretamente ligado à concessão de autorizações. Naturalmente, nós te-

mos sempre que tomar em conta as questões ambientais. Mas, também, dado o caráter emergencial, é possível ser mais rápido nessas decisões.

Isso diz respeito à coordenação, para a decisão de problemas como, por exemplo, o preço do gás. Enfim, isso diz respeito à implantação das usinas movidas a gás, termoeletricas e ao conjunto, portanto, de atividades que permitirão oferecer mais energia ao nosso país.

Quero lhes dizer, também – e, talvez, seja o mais direto e óbvio – que essa batalha só será vencida se nós formos absolutamente verazes nas informações, se o Governo se dispuser, como está determinado, a tudo informar ao País. Não há razão nenhuma para que o Governo não fale com a sociedade de forma clara e direta, e que assuma suas responsabilidades e até suas culpas, quando for o caso.

Isso vai requerer que haja, também, portanto, muito comedimento daqueles que participam das decisões, para que não se façam comentários que precipitem informações ou que precipitem percepções que possam vir a ser negativas e que, mais tarde, não se concretizem. Só estarão autorizados a falar em nome do Governo, aqui, nesta Câmara, o seu Presidente, o Ministro Pedro Parente, o Ministro José Jorge, o Doutor Euclides Scalco e os dois Secretários do Ministério da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão, porque senão pode haver aí uma espécie de curto-circuito de comunicação.

É evidente também que a Secretaria de Comunicação do Governo terá um papel relevante na coordenação das informações. Mas essas informações têm que ser dadas com precisão e com veracidade.

Não existe nenhuma determinação tomada pelo Governo no que diz respeito a qualquer medida relativa a racionamento. Não existe. Tudo que foi dito até hoje é especulação. Não estou dizendo que não iremos tomar medidas. Estou dizendo que tudo o que até hoje apareceu, apareceu sob a forma de hipótese.

E, para que possamos sair desse campo de especulações e entrar em um campo de definições concretas, que é o que o povo precisa saber para delas participar, nós antecipamos a reunião do Conselho Nacional de Política Energética para a próxima sexta-feira, pela manhã. Até lá, as pessoas que encarreguei de discutir com maior profundidade os planos

de racionalização do uso de energia e as eventuais necessidades de irmos além da racionalização espontânea de uso de energia estarão preparando, com seriedade, e discutindo também, naturalmente, com a sociedade, com os produtores, com os distribuidores e com todos aqueles que são relevantes nessa matéria as medidas a ser tomadas. Uma vez tomadas, na sexta-feira, elas passarão a ser comunicadas sistematicamente ao País.

E um Governo, que deverá enfrentar uma batalha difícil como essa que está à nossa frente, não pode ter ouvidos moucos. Estará sempre pronto também a ouvir os comentários e as observações dos consumidores, dos produtores, dos demais setores do Estado, para que possamos, efetivamente, entender que, aqui, o que se está jogando é a possibilidade de superarmos uma situação de crise de energia. Que ela tem um aspecto emergencial é inegável; que ela tem um aspecto até mesmo de inesperado também é inegável, posto que houve, realmente, uma estiagem que não era previsível. Mas é também inegável que há problemas de mais profundidade, de natureza estrutural e que têm que ser equacionados para que nós, nos próximos anos, não venhamos a ser pegos, outra vez, de surpresa – e friso surpresa, porque fui pego de surpresa –, que não sejamos pegos de surpresa em uma questão dessa magnitude.

Dito isso, eu pediria aos Senhores membros da Câmara que não participam do grupo executivo que possam se retirar, junto comigo, para que os membros da Câmara que participam do grupo executivo permaneçam aqui e respondam às questões que vierem a ser colocadas pela mídia.

Muito obrigado.